

Ata da segunda Reunião da Câmara Setorial de Aves e Ovos

Informações gerais		
Data: 28/11/2011	Horário: 9h30	Local: Associação Paulista de Avicultura (APA); Rua Belchior de Azevedo, 150 – Vila Leopoldina – São Paulo – SP
Participantes: Anderson Valli (Porto Seguro); Antonio Carlos (Fricock); Érico A. Pozzer (APA); Fernando G. Buchala (CDA/SAA); Flavio Uso (Hemoprot); Heinz Hellwig (CDA/SAA); Janel B. Neves (Flamboião); Jose Roberto Bottura (APA); Marcus H. B. Amadeu (Ad'oro SA); Nelson Pedro Staudt (IEA/SAA); Wander M. C. Dias (Codeagro/SAA).		
Pauta		
1. Abertura; 2. Apresentação sobre a AveSui 2012 (Gessulli Agribusiness); 3. Problemática do GTA; 4. Fechamento do ano de 2011; 5. Outros assuntos; 6. Encerramento.		
<p>No dia 28 de novembro de 2011, no auditório da Associação Paulista de Avicultura (APA), ocorreu a última reunião da Câmara Setorial de Aves e Ovos. Devido à ausência de representantes da empresa Gessulli Agribusiness não houve a apresentação sobre a AveSui 2012 que estava prevista na pauta da reunião. Sendo assim, o primeiro assunto abordado foi sobre a taxa cobrada pela emissão de GTA no estado de São Paulo, sobre o qual o Sr Érico Pozzer fez resumidamente um histórico desde o início da cobrança da taxa, ressaltando a importância de um controle de trânsito de aves e ovos e da eficiência como isto é feito no estado de São Paulo, porém ponderando as dificuldades financeiras que tal cobrança está causando para o setor, devido à maneira como é feita e por seu valor atual. Fez ainda um comparativo do valor cobrado por outros estados com produção avícola importantes, nos quais o valor cobrado é muito mais baixo ou até, em alguns casos, não havendo cobrança da taxa de emissão, apenas custo do impresso. Diante do exposto, informou que interpelou uma solicitação junto à secretaria de agricultura (SAA) para que o valor cobrado no estado seja reduzido pela metade, enfatizando que entende que a perda de receita deverá ser complementada por um aumento no orçamento da secretaria de agricultura pelo tesouro estadual. Em resposta, os representantes de Coordenadoria de Defesa Agropecuária da SAA discorreram sobre a importância da arrecadação das taxas para as atividades de vigilância no estado, o retorno direto de parte do valor arrecadado através da repasse de verba para convênios formalizados, propuseram a realização de estudos para que parte do valor arrecadado fosse para um fundo de emergência a ser utilizado para custear todas as ações realizadas em caso de surtos de determinadas enfermidades e que fosse feita uma diferenciação para as diversas categorias de aves, desde pintos até frangos para abate, e que em caso de diminuição de arrecadação, o orçamento do estado realmente suplesse o déficit gerado, para que as ações de vigilância e fiscalização não sejam afetadas. Foi apresentado também detalhadamente sobre o status da laringotraqueíte nas granjas paulistas, com informações atualizadas dos focos ocorridos no estado e as ações que estão sendo tomadas para saná-los, das quais se pode destacar a mudança de vacina viva para recombinantes a ser utilizada no bolsão de Bastos e com isso criando um novo status sanitário e, conseqüentemente, com enrijecimento no controle de trânsito de ingresso na região. A questão do seguro avícola também foi abordada, sendo solicitada a agilização dos estudos que estão ocorrendo, principalmente no que tange o percentual de subvenção por parte do governo estadual, uma vez que não está mais havendo</p>		

subvenção por parte do governo federal. Outra demanda que surgiu na reunião foi alteração dos parâmetros do Feap/Banagro para avicultura, com aumento do valor financiado e do teto de renda bruta para enquadramento no programa, pois a avicultura, principalmente de postura, possui a particularidade de produtores com renda bruta elevada, porém com margem extremamente pequena, o que faz com que mesmo um pequeno produtor não tenha acesso ao financiamento, pois sua renda bruta ultrapassa o teto estipulado no Feap. Foi lembrada também a doação de ovos que a APA fez para o fundo social do estado, explicando todos os encaminhamentos e cuidados que uma doação exige, visto que serão várias entidades sociais que receberão o produto e ainda foi levantada a hipótese de que a doação poderá ser estendida para carne de frango. Como último assunto, foram discutidas as exigências das legislações sobre biossegurança em propriedades avícolas, salientado a dificuldade das granjas de poedeiras em cumprir parte das exigências, sendo que setor está se mobilizando para alterar ou adequar a norma para que as exigências sejam factíveis de ser realizadas nas propriedades, pois atualmente, nos parâmetros atuais, é absolutamente inviável a aplicação de algumas exigências em alguns tipos de granjas. Por fim, foi apresentado o atual estágio do estado de São Paulo no cumprimento da legislação e sua perspectiva para 2012. Nada mais havendo a tratar o Presidente da Câmara Setorial de Aves e Ovos, Sr. Érico Pozzer agradeceu a todos participantes, finalizou a reunião. Eu, Wander M. C. Dias, Secretário Executivo desta Câmara Setorial, lavrei a presente ata, a qual vai assinada pelo Presidente e Secretário Executivo desta Câmara Setorial e pelo Secretário Geral das Câmaras Setoriais.

ÉRICO ANTONIO POZZER

Presidente

Câmara Setorial de Aves e Ovos

WANDER M C DIAS

Secretário Executivo

Câmara Setorial de Aves e Ovos

NELSON PEDRO STAUDT

Secretário Geral das Câmaras Setoriais

Secretaria de Agricultura e Abastecimento